

Relatório e contas 2020

CENTRO SOCIAL DE CETE

Relatório de Gestão

2020

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício de 2020, o Relatório de Gestão da sociedade CENTRO SOCIAL DE CETE contribuinte n.º 502877669, com sede na RUA DO CARDAL Nº 42, freguesia de CETE, concelho de PAREDES.

1. Enquadramento económico

Economia internacional

A economia mundial sofreu uma contração histórica em 2020 com os efeitos da pandemia de COVID-19. Os primeiros sinais de uma doença contagiosa surgiram logo no início do ano e tiveram uma evolução acentuada, com a Organização Mundial de Saúde a declarar uma pandemia a 11 de março de 2020. Por forma a controlar os contágios, a maioria dos países decretou medidas de confinamento que afetaram de sobremaneira a atividade económica. A pandemia teve um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo em países onde a estruturas produtivas são mais assentes em setores onde não é possível manter o distanciamento social.

O Banco de Portugal estima que o PIB mundial tenha diminuído 3,5% em 2020, após o crescimento de 2,7% em 2019. O primeiro semestre de 2020 ficou marcado por uma contração de 9,4% face a 2019, com a atividade económica mundial a recuperar nos meses de verão. No 3º trimestre o PIB mundial cresceu 7,3% em cadeia, mas o ressurgimento de contágios no último trimestre de 2020, em particular nas economias desenvolvidas, apontam para uma nova contração de atividade económica.

Na área do euro a atividade económica deverá ter contraído 7,3% em 2020, uma evolução marcada pela queda de 15,0% no primeiro semestre e uma recuperação de 12,5% no 3º trimestre com o levantar de algumas restrições do confinamento. No contexto do Plano de Recuperação e Resiliência da União Europeia, 2020 ficará marcado pelo acordo no Conselho Europeu do Next Generation EU, um instrumento de 750 mil milhões de euros (cerca de 5% do PIB de 2019 da União Europeia) por forma a estimular a recuperação económica a partir de 2021 e financiado com base na emissão de dívida da própria Comissão Europeia.

O índice de preços do consumidor deverá ter crescido apenas 0,2% em 2020, refletindo o impacto da queda do preço de petróleo e da redução do IVA na Alemanha no segundo semestre do ano. O Banco Central Europeu estima um crescimento de 1,0% em 2021, ainda abaixo do seu objetivo.

O mercado de trabalho foi suportado por medidas de apoio, em particular pelos regimes de layoff, estimando-se uma taxa de desemprego de 8,0%.

As medidas fiscais adotadas para mitigar os efeitos da crise deverão elevar o Défice Público para 8,0% e aumentar o rácio de Dívida Pública para 98,4% do PIB de 2020 da área do euro.

Por forma a minimizar os impactos da crise, a política monetária na área do euro manteve-se particularmente expansionista. Destaque para o Programa Pandémico de Compras de Ativos do Banco Central Europeu, com um envelope de 1 850 mil milhões de euros até 2022, que contribuiu para reduzir os prémios de risco da dívida soberana. Foram também melhoradas as condições das Operações de

Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas (TLTRO-III), com uma redução e prolongamento da taxa de juro bonificada até junho de 2022, mantendo assim os incentivos à cedência de crédito à economia por parte das instituições financeiras.

O ano de 2021 deverá ser de recuperação, ainda que insuficiente para retomar os níveis de atividade registados em 2019. A evolução económica futura estará dependente do impacto de novas medidas de confinamento e do sucesso da implementação de um programa de vacinação que permita mitigar os riscos de saúde.

Economia nacional

A economia portuguesa deverá apresentar em 2020 uma queda de atividade superior à da área do euro, com o Banco de Portugal a estimar uma contração de 8,1%, refletindo uma redução da procura interna e das exportações, destacando-se o contributo muito negativo das exportações de serviços, em particular dos serviços relacionados com o turismo, que representavam 8,6% do PIB em 2019, o quarto valor mais elevado da área do euro. No 2º trimestre estima-se que o turismo estrangeiro tenha registado quebras de 90,0%.

No primeiro semestre de 2020 a atividade económica diminuiu 17,3%, em termos acumulados face ao final de 2019, fruto do confinamento generalizado de março e abril. No 3º trimestre, após o gradual levantamento das medidas de confinamento, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas. A trajetória de recuperação foi invertida no 4º trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais.

O consumo privado, principal componente da procura, deverá diminuir 6,8% em 2020. As medidas de confinamento alteraram significativamente o consumo das famílias, com uma diminuição de 15,4% no primeiro semestre do ano, registando-se um aumento do consumo de bens essenciais e uma redução na despesa de bens duradouros e em serviços, especialmente os que envolvem interação social. Com a diminuição das medidas de confinamento no 3º trimestre, o consumo privado aumentou 12,8% em cadeia, com destaque para a recuperação do consumo em bens duradouros que atingiram níveis pré-crise. Este comportamento refletiu-se na taxa de poupança das famílias que atingiu 14,3% do rendimento disponível na primeira metade do ano, com uma reversão parcial na segunda metade de 2020.

O emprego deverá diminuir 2,3% em 2020, o que constitui uma queda inferior ao que seria expectável face à queda do produto. As medidas de apoio às empresas, em particular o regime de layoff simplificado e os apoios aos trabalhadores independentes, contribuíram para a resiliência na taxa de desemprego que deverá evoluir dos 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020. Cerca de 750 000 trabalhadores, quase 15% da população ativa, beneficiaram destas formas de apoio no pico da crise.

A inflação, medida pelo Índice de Preços do Consumidor, foi de -0,2% em 2020. A pandemia criou uma combinação de choques na oferta e na procura em sentidos contrários, com os efeitos negativos a prevalecer e com a queda do petróleo a contribuir para a diminuição dos custos de energia, diminuindo

a taxa de inflação. Ainda assim, estima-se que excluindo os bens energéticos a inflação tenha sido de 0,3%. De notar o abrandamento de preços dos serviços e a queda mais pronunciada nos preços de bens industriais não energéticos, em contraste com a subida de preços dos bens alimentares.

A pandemia de COVID-19 prejudicou as finanças públicas, estimando-se que o défice de 2020 fique em 7,3% do PIB, revertendo o superavit registado em 2019. Para além do efeito dos estabilizadores automáticos, as políticas fiscais de suporte como o reforço do sistema de saúde, apoios sociais, de emprego e de apoio às empresas são estimados num custo direto de 3% do PIB.

Simultaneamente registou-se um agravamento do rácio de dívida pública para os 135% do PIB, refletindo o súbito défice fiscal e o impacto de um denominador menor.

2. Apreciação do exercício

Rubrica	2020	2019	Var. %
Vendas e serviços prestados	184 173,29	229 969,61	-19,91
Valor da Produção	184 173,29	229 969,61	-19,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	80 599,39	68 591,21	17,51
Fornecimentos e Serviços externos	84 753,68	105 398,09	-19,59
Gastos com o pessoal	287 813,32	321 517,39	-10,48
Resultado líquido do período	83 711,38	48 937,33	71,06
Autonomia Financeira	49,44	55,48	-10,89

3. Investimentos em activos fixos tangíveis, financeiros e intangíveis

O investimento nestas rubricas no exercício de 2020 ascendeu a 365 473,69 € e incidiu sobre as seguintes rubricas :

Ativos Fixos Tangíveis : 0,00 €

Propriedades de Investimento : 365 473,69 €

Ativos Intangíveis : 0,00 €

Investimentos Financeiros : 0,00 €

4. Evolução Previsível

Os resultados positivos refletidos nas contas de 2020, vêm demonstrar a instabilidade de um ano atípico, em que era inimaginável a situação pandémica que veio a acontecer, a partir de final de março. Perante tal situação, teve esta direção, e em estreita colaboração com a direção técnica da instituição, tomar medidas em conformidade. Com o encerramento das valências creche e Catl, e assistir os nossos utentes de SAD nas suas habitações, o cenário mudou por completo.

Como é refletido na demonstração de resultados, verifica-se um decréscimo de receitas dos nossos utentes em cerca de 20%. No que concerne aos gastos com o pessoal, esta também teve um decréscimo em cerca de 10,5%, fruto de uma gestão rigorosa que tivemos que tomar. Atendendo aos resultados positivos obtidos no período, estes provêm essencialmente dos subsídios que recebemos, superando em muito, os obtidos em 2019.

Na gerência de 2020, esta direção esteve essencialmente focada na conclusão das obras do novo lar, mas atendendo à situação pandémica que o país atravessou, a mesma não ficou concluída. Atrasos sucessivos por parte do empreiteiro, bem como obras da responsabilidade desta direção, não permitiram a sua conclusão. É verdade que estes atrasos acarretam inúmeras contrariedades, quer a admissão de utentes, quer também nas despesas que acarreta, que neste ano atingiu em encargos bancários cerca de 20.000,00.

Perante o convite do Sr. Presidente da C.M. Paredes, esta direção aceitou concorrer ao PARES 2.0, destinado a obras de adaptação do JI Muro-Rebordosa, para uma nova Creche com capacidade para 42 crianças, e que esta candidatura foi aprovada. Está no horizonte dar o seu início, no segundo semestre de 2021. Entendeu também esta direção, concorrer ao PARES 3.0, para custear parte das obras do novo Lar.

Nas restantes valências, e conforme os valores refletidos, tivemos um ligeiro decréscimo de utentes em todas as valências. No caso dos idosos, o decréscimo verificado foi em parte motivado pela fatalidade que o vírus provocou neste setor. No caso dos mais jovens, pelo facto de muitos pais estarem confinados, não necessitando dos nossos serviços.

Na área social, e dentro da nossa atuação geográfica, houve especial atenção com a população mais carenciada. Apoiamos muitas famílias, especialmente com bens alimentares, para minimizar os efeitos da pandemia.

Projetando 2021, está esta direção empenhada na abertura do novo Lar residencial, previsto para o final do primeiro semestre, e dar início às obras da nova creche, previsto para o último trimestre do ano.

Nas atuais instalações, será necessário remodelar alguns setores, que atendendo à idade, necessitam de remodelação.

5. Função Pessoal

A função pessoal decorreu dentro da normalidade no exercício económico em análise, tendo esta sociedade sempre primado por um bom relacionamento com todos os seus colaboradores e por um esforço constante de melhoria das condições de trabalho.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Relativamente à aplicação de resultados, que são de 83.711,38 €, propõe-se a afetação a Resultados Transitados.

7. Sector Público Estatal

Cumprir referir que não há situações de mora relativamente à administração fiscal, nem à segurança social.

Não se verificaram outras situações que impliquem referência obrigatória no presente relatório.

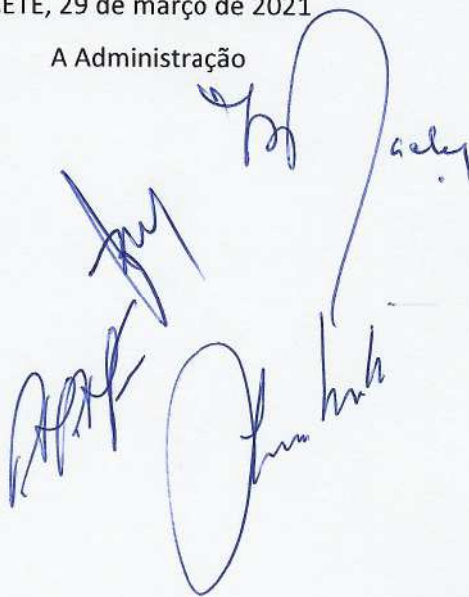
8. Referências

Agradecemos a confirmada preferência dos nossos estimados clientes e a prestimosa colaboração dos nossos fornecedores.

Aos nossos colaboradores agradecemos o elevado empenho e brio profissional com que desempenharam as suas funções.

CETE, 29 de março de 2021

A Administração

The image shows several handwritten signatures in blue ink. There are four distinct signatures: one at the top right, one in the middle left, one at the bottom left, and one at the bottom right. The signatures are stylized and cursive.

Balanço

2020

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	589 869,38	614 747,50
Propriedades de investimento	6.1;6.2	1 489 864,08	1 124 390,39
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros	7.1;7.2	5 304,58	4 316,78
Créditos a receber			
Ativos por impostos diferidos			
		2 085 038,04	1 743 454,67
Ativo Corrente			
Inventários	11.1	2 130,87	2 304,64
Ativos biológicos			
Clientes	15.1	6 778,22	8 078,78
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	15.3	15 764,51	23 419,33
Diferimentos	15.5	4 862,40	5 772,00
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	194 978,85	70 818,44
		224 514,85	110 393,19
TOTAL DO ACTIVO		2 309 552,89	1 853 847,86
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio	15.7		
Capital subscrito			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		618 115,67	569 178,34
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		439 970,54	410 322,52
		1 058 086,21	979 500,86
Resultado líquido do período		83 711,38	48 937,33
Interesses que não controlam			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 141 797,59	1 028 438,19
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	15.6;9.8	1 046 573,48	718 169,10
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		1 046 573,48	718 169,10
Passivo corrente			
Fornecedores	15.2	65 518,59	15 675,33
Adiantamentos de clientes	15.1	425,75	93,71
Estado e outros entes públicos	15.4	5 458,91	6 736,33
Financiamentos obtidos	15.6;9.8	7 247,71	47 681,12
Outras dívidas a pagar	15.3	42 530,86	37 054,08
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		121 181,82	107 240,57
TOTAL DO PASSIVO		1 167 755,30	825 409,67
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO		2 309 552,89	1 853 847,86

Contabilista

Certificado nº

85796

CETE, 29 de março de 2021

A Administração

Pág. 8 de 43

Demonstração dos Resultados por Naturezas

2020

CENTRO SOCIAL DE CETE

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2020

(euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	12;17.1	184 173,29	229 969,61
Subsídios à exploração	13	365 032,58	332 100,92
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.2	80 599,39	68 591,21
Fornecimentos e Serviços externos	18.1a)	84 753,68	105 398,09
Gastos com o pessoal	16	287 813,32	321 517,39
Imparidade / Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	869,11	820,08
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	18.1c)	34 815,76	22 387,22
Outros gastos	18.1d)	2 406,50	2 620,69
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		127 579,63	85 510,29
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	18.1b)	24 878,12	25 242,10
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		102 701,51	60 268,19
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	9.1	18 990,13	11 330,86
Resultado antes de impostos		83 711,38	48 937,33
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		83 711,38	48 937,33

Contabilista
 Certificado nº
 85796



CETE, 29 de março de 2021

A Administração



Demonstração dos Resultados por Valências

2020

Demonstração de Resultados por Valências

(euros)

Rendimentos e Gastos	Valências					
	Centro de Dia	Centro de Convívio	Apoio Domiciliário	ATL	Creche	Total
Vendas e serviços prestados	56 892,13	1 449,49	48 643,67	36 634,47	40 553,54	184 173,30
Subsídios, doações e legados à exploração	64 100,58	2 336,54	145 546,20	33 465,40	119 583,87	365 032,59
Variação nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20 955,84	805,99	30 627,77	8 059,94	20 149,85	80 599,39
Fornecimentos e Serviços externos	19 109,91	1 948,00	28 224,74	18 934,03	16 537,00	84 763,68
Gastos com pessoal	34 537,60	143,90	106 347,04	43 172,01	103 612,77	287 813,32
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-399,79		-469,32	-869,11
Provisões (aumentos/reduções)						
Provisões específicas (aumentos/reduções)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos e ganhos	1 044,47	174,08	14 274,46	12 707,75	6 614,99	34 815,75
Outros gastos e perdas	481,30	24,07	962,60	505,37	433,16	2 406,50
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	46 952,53	1 038,15	41 902,39	12 136,27	25 550,30	127 579,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 234,16	-12,44	-11 182,71	-5 224,41	-5 224,40	-24 878,12
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	43 718,37	1 025,71	30 719,68	6 911,86	20 325,90	102 701,52
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados	3 798,03	189,90	7 596,05	3 987,93	3 418,22	18 990,13
Resultado antes de impostos	39 920,34	835,81	23 123,63	2 923,93	16 907,68	83 711,39
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado Líquido do Período	39 920,34	835,81	23 123,63	2 923,93	16 907,68	83 711,39



Demonstração das alterações no Capital Próprio

2020

CENTRO SOCIAL DE CETE

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2020

(euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020								589 178,34		410 322,52	48 937,33	1 028 438,19	1 028 438,19
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização								48 937,33		29 648,02	-48 937,33	29 648,02	29 648,02
Excedentes de revalorização								48 937,33		29 648,02	-48 937,33	29 648,02	29 648,02
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital											83 711,38	83 711,38	83 711,38
Subscrições de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações											34 774,05	113 359,40	113 359,40
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020								618 115,67		439 970,54	83 711,38	1 141 797,59	1 141 797,59

Contabilista

Certificado nº

85796



CETE, 29 de março de 2021

A Administração



CENTRO SOCIAL DE CETE
Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2019

(euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Inerentes que não controlam	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019								517 423,47		346 467,13	51 754,87	915 645,47	915 645,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio								51 754,87		63 855,39	-51 754,87	63 855,39	63 855,39
								51 754,87		63 855,39	-51 754,87	63 855,39	63 855,39
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											48 937,33	48 937,33	48 937,33
											-2 817,54	112 792,72	112 792,72
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Subscrições de capital Subscrições de prêmios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019								569 178,34		410 322,52	48 937,33	1 028 438,19	1 028 438,19

Contabilista
Certificado nº
85796



A Administração

CETE, 29 de março de 2021



Anexo às Demonstrações Financeiras

2020



1. Identificação da entidade e período de relato

1.1. Designação da Entidade

CENTRO SOCIAL DE CETE, pessoa coletiva número 502877669, é uma IPSS. Foi constituída em 4 de janeiro de 1993.

1.2. Sede

A sede da CENTRO SOCIAL DE CETE é na RUA DO CARDAL Nº 42, freguesia de CETE, concelho de PAREDES.

1.3. Natureza da atividade

A empresa tem como principal atividade a Actividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento, tendo como CAE principal o 88101.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos"

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das

demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2020.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF's em vigor.

a) Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo.



Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (ou outro) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A depreciação do ativo cessa na data em que o ativo for desreconhecido. No entanto, a depreciação não cessa quando o ativo se tornar ocioso ou for retirado de uso, a não ser que o ativo esteja totalmente depreciado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 20 a 50 Anos

Equipamento básico: 7 a 14 Anos

Equipamento de transporte: 4 a 8 Anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 Anos

Outros ativos fixos tangíveis: 3 a 10 Anos

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na Demonstração de Resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia escriturada de um ativo fixo tangível é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos ou Outros gastos.



Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são as propriedades (terreno ou edifícios) detidos pela Empresa para obterem rendas ou para valorização do capital ou para ambas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. As taxas de depreciação consideradas podem estar compreendidas entre 20 e 40 anos ou entre 50 e 100 anos.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) AO CUSTO OU CUSTO AMORTIZADO

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido, sendo considerado imaterial o efeito do desconto.

As perdas por imparidade são registradas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

- Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem e a prazo, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

- Outros Investimentos financeiros

Os outros investimentos financeiros são registrados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registradas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registrados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) AO JUSTO VALOR COM AS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registradas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

d) Inventários

Mercadorias, Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

Os inventários enquadrados nesta tipologia encontram-se mensurados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda, sendo o mesmo objeto de ajustamento com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e trabalhos em curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido. É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda

Produtos acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo. Nas situações em que o valor de custo/produção é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventário" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

e) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

f) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, royalties, juros e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que:

- (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado;
- (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade;
- (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

**g) Subsídios obtidos**

Os subsídios apenas são reconhecidos quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição. Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram. Os subsídios à exploração, são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas como rendimentos durante os períodos necessários para os balancear com os gastos incorridos, na medida em que os subsídios não sejam reembolsáveis.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os juros são capitalizados quando os empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

i) Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

j) Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para

estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos por todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

k) Especialização dos exercícios

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e Diferimentos.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

As Demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.3. Principais fontes de incertezas nas estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período nomeadamente as estimativas de férias e Subsídios de férias dos empregados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contábilístico de ativos e passivos no decurso do exercício são:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos com o melhor julgamento do órgão de gestão para os ativos e negócios em questão.

ANÁLISE DE IMPARIDADE

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos, implicam um elevado grau de julgamento por parte do órgão de gestão, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

JUÍZOS DE VALOR

O preço de mercado usado para ativos financeiros da empresa é o preço recebido pelos acionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente. O valor nominal dos ativos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respetivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários, imediatamente mobilizáveis. Caixa e equivalentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, detalha-se conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Caixa	109,60	46,39
Depósitos à Ordem	194 869,25	70 772,05
Outros depósitos bancários		
Instrumentos Financeiros		
Total	194 978,85	70 818,44

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

31

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	46,39	236 187,52	236 124,31	109,60
Depósitos à Ordem	70 772,05	947 277,99	823 180,79	194 869,25
Outros depósitos bancários				
Instrumentos Financeiros				
Total	70 818,44	1 183 465,51	1 059 305,10	194 978,85
Valores comparativos 2019:				
Caixa	369,12	290 871,95	291 194,68	46,39
Depósitos à Ordem	60 318,15	1 377 629,06	1 367 175,16	70 772,05
Outros depósitos bancários				
Instrumentos Financeiros				
Total	60 687,27	1 668 501,01	1 658 369,84	70 818,44

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existem restrições à utilização dos saldos registrados nas rubricas de "caixa e seus equivalentes".

A elaboração da demonstração de fluxos de caixa tem em consideração os seguintes pressupostos:

- Os fluxos financeiros com as entidades bancárias no que diz respeito aos contratos de confirming são classificados como pagamentos a fornecedores;
- Os fluxos financeiros de financiamento concedido a sociedades participadas pela empresa são classificados como atividade de investimento na rubrica de Outros Ativos;
- Os fluxos financeiros associados à utilização ou amortização de contas caucionadas são apresentados pelo seu valor líquido;
- Os fluxos financeiros associados ao pagamento de locações financeiras são classificados como atividade de financiamento.

5.1. Ativos fixos Tangíveis 2020

(euros)

Descrição	Quantia escriturada e movimentos do período									Total	
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos - Ativos fixos		
Quantia bruta escriturada inicial Depreciações acumuladas iniciais Perdas por imparidade acumuladas iniciais	75 000,00	774 551,54 -261 655,89	76 644,23 -68 398,93	149 956,03 -132 143,53	66 996,56 -66 202,51					1 143 148,36 -528 400,86	
	75 000,00	512 895,65	8 245,30	17 812,50	794,05					614 747,50	
Movimentos do período: Total das adições Aquisições em 1ª mão Aquisições através de concentrações de activ. emp. Outras aquisições Estimativa de custos de desmantelamento e remoç Trabalhos para a própria entidade Acréscimo por revalorização Outras Total das diminuições Depreciações Perdas por imparidade Alienações Abates Outras Reversões de perdas por imparidade Tranferências de Ativos em curso Tranf. de/para ativos não correntes detidos p/ ven Outras transferências Quantia líquida escriturada final											

Notas:

As amortizações contabilizadas em 2020, no montante de 24 878,12 € foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações".



6.1. Propriedades de investimento 2020

(euros)

Descrição	Quantia escriturada e movimentos do período					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Adiantamentos por conta de investimentos - Propriedades de	
Quantia bruta escriturada inicial				1 124 390,39		1 124 390,39
Depreciações acumuladas iniciais						
Perdas por imparidade acumuladas iniciais						
Quantia líquida escriturada inicial				1 124 390,39		1 124 390,39
Movimentos do período:						
Total das adições				365 473,69		365 473,69
Aquisições em 1ª mão				365 473,69		365 473,69
Aquisições através de concentrações de activ. emp.						
Outras aquisições						
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção						
Trabalhos para a própria entidade						
Acréscimo por revalorização						
Outras						
Total das diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates						
Outras						
Reversões de perdas por imparidade						
Transferências de Ativos em curso						
Tranf. de/para ativos não correntes detidos p/ venda						
Outras transferências						
Quantia líquida escriturada final				1 489 864,08		1 489 864,08
Quantia da garantia de passivos e/ou titul. restringida						

Notas:

6.2. Propriedades de investimento 2019

(euros)

Descrição	Quantia escriturada e movimentos do período					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Adiantamentos por conta de investimentos - Propriedades de	
Quantia bruta escriturada inicial				472 656,10		472 656,10
Depreciações acumuladas iniciais						
Perdas por imparidade acumuladas iniciais						
Quantia líquida escriturada inicial				472 656,10		472 656,10
Movimentos do período:						
Total das adições				651 734,29		651 734,29
Aquisições em 1ª mão				651 734,29		651 734,29
Aquisições através de concentrações de activ. emp.						
Outras aquisições						
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção						
Trabalhos para a própria entidade						
Acréscimo por revalorização						
Outras						
Total das diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates						
Outras						
Reversões de perdas por imparidade						
Transferências de Ativos em curso						
Tranf. de/para ativos não correntes detidos p/ venda						
Outras transferências						
Quantia líquida escriturada final				1 124 390,39		1 124 390,39
Quantia da garantia de passivos e/ou titul. restringida						

Notas:

7.1. Investimentos Financeiros - Outros Métodos 2020

(euros)

Descrição	Quantia escriturada e movimentos do período							Total	
	Investimentos em subsidiárias	Investimentos em associadas	Investimentos em entidades conjuntamente controladas	Investimentos noutras empresas - Participações	Outros Detidos até à maturidade	Outros Outros	Investimentos em curso financeiros		Adiantamentos por conta de investimentos financeiros
Quantia bruta escriturada inicial						4 316,78			4 316,78
Parte respeitante ao Goodwill									
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos									
Quantia líquida escriturada inicial						4 316,78			4 316,78
Movimentos do período									
Aquisições através de concentrações de atividades									
Outras aquisições									
Parte respeitante ao Goodwill									
Parte do investidor nos resultados da investida									
Distribuições recebidas da investida									
Alterações nos capitais próprios da investida não re									
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos									
Alienações									
Abates									
Perdas por imparidade									
Reversões de perdas por imparidade									
Transferências de investimentos financeiros em cur									
Transferências de/para ativos não correntes detidos									
Outras transferências									
Outros movimentos do período									
Quantia líquida escriturada final						5 304,58			5 304,58

Notas:

7.2. Investimentos Financeiros - Outros Métodos 2019

(euros)

Descrição	Quantia escriturada e movimentos do período							Total	
	Investimentos em subsidiárias	Investimentos em associadas	Investimentos em entidades conjuntamente controladas	Investimentos noutras empresas - Participações	Outros Detidos até à maturidade	Outros Outros	Investimentos em curso financeiros		Adiantamentos por conta de investimentos financeiros
Quantia bruta escriturada inicial						3 303,92			3 303,92
Parte respeitante ao Goodwill									
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos									
Quantia líquida escriturada inicial						3 303,92			3 303,92
Movimentos do período									
Aquisições através de concentrações de atividades						1 012,86			1 012,86
Outras aquisições									
Parte respeitante ao Goodwill						1 012,86			1 012,86
Parte do investidor nos resultados da investida									
Distribuições recebidas da investida									
Alterações nos capitais próprios da investida não re									
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos									
Alienações									
Abates									
Perdas por imparidade									
Reversões de perdas por imparidade									
Transferências de investimentos financeiros em cur									
Transferências de/para ativos não correntes detidos									
Outras transferências									
Outros movimentos do período									
Quantia líquida escriturada final						4 316,78			4 316,78

Notas:



8. Locações

8.1. Locações Financeiras

Em 31-12-2020, a empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com os bens conforme natureza indicada a baixo:

Descrição	Ativos Intangíveis	Ativos Fixos Tangíveis	Propriedades de Investimento	Total
Valor Bruto		21 750,00		21 750,00
Depreciações Acumuladas		-10 875,00		-10 875,00
Valor Líquido		10 875,00		10 875,00
Pagamentos futuros mínimos:				
Até 1 ano		7 598,04		7 598,04
De 1 até 5 anos		7 598,05		7 598,05
Mais de 5 anos				
Total dos pagamentos mínimos futuros		15 196,09		15 196,09

Quadro com comparativos de 2019:

Descrição	Ativos Intangíveis	Ativos Fixos Tangíveis	Propriedades de Investimento	Total
Valor Bruto		21 750,00		21 750,00
Depreciações Acumuladas		-5 437,50		-5 437,50
Valor Líquido		16 312,50		16 312,50
Pagamentos futuros mínimos:				
Até 1 ano		7 464,32		7 464,32
De 1 até 5 anos		14 928,66		14 928,66
Mais de 5 anos				
Total dos pagamentos mínimos futuros		22 392,98		22 392,98

Quadro com decomposição de capital e juro dos pagamentos mínimos futuros:

Prazo	Capital 2020	Juros 2020	Total 2020	Capital 2019	Juros 2019	Total 2019
Até 1 ano	7 247,71	350,33	7 598,04	7 112,80	351,52	7 464,32
De 1 até 5 anos	7 473,26	124,79	7 598,05	14 637,20	291,46	14 928,66
Mais de 5 anos						
Total	14 720,97	475,12	15 196,09	21 750,00	642,98	22 392,98



Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os valores pagos pela empresa relacionados com juros de locação ascenderam a 566,87 € e 0,00 € respetivamente.

9. Empréstimos obtidos

9.1. Custos de empréstimos obtidos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os gastos de empréstimos obtidos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente	Valor não corrente	Total custos anuais	Juros anuais suportados
Empréstimos genéricos					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	997 500,00		997 500,00	17 973,97	17 923,97
Outros financiadores	41 600,22		41 600,22		
Empréstimos específicos					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	14 720,97	7 247,71	7 473,26	1 016,16	566,87
Total	1 053 821,19	7 247,71	1 046 573,48	18 990,13	18 490,84

Quadro com comparativo relativo a 2019

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente	Valor não corrente	Total custos anuais	Juros anuais suportados
Empréstimos genéricos					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	702 500,00	40 568,32	661 931,68	11 330,86	5 353,18
Outros financiadores	41 600,22		41 600,22		
Empréstimos específicos					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	21 750,00	7 112,80	14 637,20		
Total	765 850,22	47 681,12	718 169,10	11 330,86	5 353,18

Relativamente às taxas de juro aplicadas aos vários empréstimos obtidos, as mesmas situam-se entre os valores indicados no seguinte quadro:

Tipo de Empréstimo	Taxa de juro Mínima	Taxa de juro Máxima
Instituições de crédito e sociedades financeiras - Locações financeiras	3,0684	3,0684

9.2. Plano de amortização

Descrição	Até 1 ano (2020)	De 1 a 5 anos (2020)	Mais de 5 anos (2020)	Até 1 ano (2019)	De 1 a 5 anos (2019)	Mais de 5 anos (2019)
Empréstimos genéricos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras		240 000,00	757 500,00	40 568,32	170 628,68	491 303,00
Outros financiadores			41 600,22			41 600,22
Empréstimos específicos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	7 247,71	7 473,26		7 112,80	14 637,20	
Total	7 247,71	247 473,26	799 100,22	47 681,12	185 265,88	532 903,22

10. Imparidade de ativos

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

Rubrica	Perdas por imparidade acumuladas 01.01.2020	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade acumuladas 31.12.2020
Dívidas a receber de clientes	4 017,79	928,66	59,55	4 886,90

Quadro comparativo à data de 31 de dezembro de 2019

Rubrica	Perdas por imparidade acumuladas 01.01.2019	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade acumuladas 31.12.2019
Dívidas a receber de clientes	3 079,35	820,08		3 899,43

11. Inventários

11.1. Decomposição de inventários

Rubrica	Quantia Bruta 2020	Perdas por Imparidade 2020	Quantia Líquida 2020	Quantia Bruta 2019	Perdas por Imparidade 2019	Quantia Líquida 2019
Matérias-primas	2 130,87		2 130,87	2 304,64		2 304,64
Total	2 130,87		2 130,87	2 304,64		2 304,64



11.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Descrição	Mercadorias 2020	Matérias primas, Subsidiárias e de Consumo 2020	Total 2020	Mercadorias 2019	Matérias primas, Subsidiárias e de Consumo 2019	Total 2019
Inventários iniciais		2 304,64	2 304,64		1 270,45	1 270,45
Compras		80 425,62	80 425,62		69 625,40	69 625,40
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		2 130,87	2 130,87		2 304,64	2 304,64
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		80 599,39	80 599,39		68 591,21	68 591,21
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo						

12. Rédito

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as categorias significativas do rédito da empresa eram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Prestações de serviços	184 173,29	229 969,61
Total	184 173,29	229 969,61

13. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Relativamente aos subsídios destinados ao investimento, encontram-se a ser reconhecidos em resultados, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2020 o montante de € 12.766,81.

No que diz respeito aos subsídios à exploração, foi reconhecido em resultados no exercício de 2020 o montante de € 365.032,58.

14. Impostos sobre o rendimento

A Entidade, por se tratar de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), conforme o Artigo 10º nº 1 do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam

em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

14.1. Principais componentes do imposto sobre o rendimento apurado

Descrição	2020	2019
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	83 711,38	48 937,33
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento (%)		
Derrama		
Benefícios Fiscais à colecta		

15. Instrumentos financeiros, políticas contabilísticas

15.1. Clientes

Descrição	Ativo Corrente 2020	Passivo Corrente 2020	Ativo Corrente 2019	Passivo Corrente 2019
Clientes c/c	6 382,42	425,75	7 493,12	93,71
Outros Clientes	5 282,70		4 603,45	
Perdas por imparidade acumuladas	-4 886,90		-4 017,79	
Total	6 778,22	425,75	8 078,78	93,71

15.2. Fornecedores

Descrição	Ativo Corrente 2020	Passivo Corrente 2020	Ativo Corrente 2019	Passivo Corrente 2019
Fornecedores c/c		65 518,59		15 675,33
Total		65 518,59		15 675,33

15.3. Outros Créditos a receber e outras dívidas a pagar

Descrição	Corrente 2020	Não Corrente 2020	Total 2020	Corrente 2019	Não Corrente 2019	Total 2019
Fornecedores c/c	27,68		27,68			
Adiantamentos a fornecedores				719,52		719,52
Pessoal - Outras operações	119,86		119,86			
Devedores por acréscimos de rendimentos				3 434,10		3 434,10
Outros devedores e credores	15 616,97		15 616,97	19 265,71		19 265,71
Total Ativo	15 764,51		15 764,51	23 419,33		23 419,33
Pessoal - Remunerações a pagar				55,93		55,93
Credores por acréscimos de gastos	42 502,28		42 502,28	36 998,15		36 998,15
Outros devedores e credores	28,58		28,58			
Total Passivo	42 530,86		42 530,86	37 054,08		37 054,08

15.4. Estado e outros entes públicos

Descrição	Corrente 2020	Não Corrente 2020	Total 2020	Corrente 2019	Não Corrente 2019	Total 2019
Total Ativo						
Retenção de impostos sobre rendimentos	398,14		398,14	692,61		692,61
Contribuições para a Segurança Social	5 060,77		5 060,77	6 043,72		6 043,72
Total Passivo	5 458,91		5 458,91	6 736,33		6 736,33

15.5. Diferimentos

Descrição	Corrente 2020	Não Corrente 2020	Total 2020	Corrente 2019	Não Corrente 2019	Total 2019
Gastos a reconhecer	4 862,40		4 862,40	5 772,00		5 772,00
Total Ativo	4 862,40		4 862,40	5 772,00		5 772,00
Total Passivo						

15.6. Financiamentos Obtidos

Descrição	Corrente 2020	Não Corrente 2020	Total 2020	Corrente 2019	Não Corrente 2019	Total 2019
Instituições de crédito e sociedades financeiras - Empréstimos bancários		997 500,00	997 500,00	40 568,32	661 931,68	702 500,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras - Locações financeiras	7 247,71	7 473,26	14 720,97	7 112,80	14 637,20	21 750,00
Outros financiadores		41 600,22	41 600,22		41 600,22	41 600,22
Total Passivo	7 247,71	1 046 573,48	1 053 821,19	47 681,12	718 169,10	765 850,22

15.7. Capital Próprio

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica do capital próprio, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	569 178,34		48 937,33	618 115,67
Outras variações no capital próprio - Subsídios - Subsídios atribuídos	410 322,52	12 766,81	42 414,83	439 970,54
Resultado líquido do período - Resultado líquido	48 937,33	54 709,33	89 483,38	83 711,38
Total	1 028 438,19	67 476,14	180 835,54	1 141 797,59

16. Benefícios dos empregados

Pessoal ao serviço da empresa e número de horas trabalhadas:

Descrição	Nr. Médio	Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa:		
Pessoas remuneradas	26,00	39 274,00
Pessoas não remuneradas		
Pessoas ao serviço da empresa por tipo de horário:		
Pessoas a tempo completo	25,00	39 103,00
(das quais pessoas remuneradas)	25,00	39 103,00
Pessoas a tempo parcial	1,00	171,00
(das quais pessoas remuneradas)	1,00	171,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo:		
Masculino		
Feminino	26,00	39 274,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário		

Benefícios dos empregados e encargos:

Descrição	2020	2019
Remunerações do pessoal	229 869,92	255 087,42
Encargos sobre remunerações	49 280,05	55 560,73
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 766,98	3 773,36
Outros gastos com o pessoal	4 896,37	7 095,88
Total	287 813,32	321 517,39

17. Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Informação por mercados geográficos

Rubrica	Nacional	União Europeia	Países Terceiros	Total
Prestações de Serviço	-184 173,29			-184 173,29
Compras	20 232,04	60 193,58		80 425,62
Fornecimentos e Serviços externos	84 753,68			84 753,68
Propriedades de Investimento	4 649,80	360 823,89		365 473,69

17.2. Situação Contributiva

Cumprir referir que não há situações de mora relativamente à administração fiscal, nem à segurança

social.

Não se verificaram outras situações que impliquem referência obrigatória no presente relatório.

18. Outras informações

18.1. Rendimentos e Gastos

a) Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2020	2019
Serviços especializados - Trabalhos especializados	7 986,77	7 132,15
Serviços especializados - Publicidade e propaganda	318,38	307,50
Serviços especializados - Vigilância e segurança	335,63	1 278,95
Serviços especializados - Honorários	3 649,95	2 015,09
Serviços especializados - Comissões	609,00	
Serviços especializados - Conservação e reparação	10 584,72	17 335,21
Serviços especializados - Outros	81,80	
Materiais - Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 038,09	4 968,75
Materiais - Livros e documentação técnica	1 270,35	485,92
Materiais - Material de escritório	1 541,37	1 679,87
Materiais - Artigos para oferta	472,78	806,36
Materiais - Outros	195,79	315,97
Energia e fluidos - Eletricidade	6 839,90	7 684,08
Energia e fluidos - Combustíveis	7 905,35	12 967,96
Energia e fluidos - Água	5 176,06	6 072,68
Energia e fluidos - Outros	8 559,82	10 143,26
Deslocações, estadas e transportes - Deslocações e estadas	208,38	228,70
Deslocações, estadas e transportes - Transportes de mercadorias		10,00
Serviços diversos - Rendas e alugueres	41,01	5 623,47
Serviços diversos - Comunicação	1 479,28	1 548,44
Serviços diversos - Seguros	8 230,99	7 760,32
Serviços diversos - Contencioso e notariado	651,76	260,00
Serviços diversos - Limpeza, higiene e conforto	15 366,47	13 805,21
Serviços diversos - Outros serviços	210,03	2 968,20
Total	84 753,68	105 398,09

b) Amortizações/Depreciações

Descrição	Depreciações 2020	Reversões 2020	Depreciações 2019	Reversões 2019
Total - Propriedades de investimento				
Edifícios e outras construções	16 771,40		16 394,28	
Equipamento básico	1 844,40		2 217,92	
Equipamento de transporte	5 937,50		5 937,50	
Equipamento administrativo	324,82		692,40	
Total - Ativos fixos tangíveis	24 878,12		25 242,10	
Total - Ativos intangíveis				
Total	24 878,12		25 242,10	

c) Outros Rendimentos

Descrição	2020	2019
Descontos de pronto pagamento obtidos	56,91	209,19
Ganhos em inventários - Outros ganhos	20 232,04	
Rendimentos em investimentos não financeiros - Alienações	1 750,00	
Rendimentos em investimentos não financeiros - Sinistros		6 494,80
Outros - Correções relativas a períodos anteriores		224,77
Outros - Imputação de subsídios para investimentos	12 766,81	12 766,81
Outros - Outros não especificados	10,00	2 691,65
Total	34 815,76	22 387,22

d) Outros Gastos

Descrição	2020	2019
Impostos - Impostos indiretos	1 782,06	1 919,35
Impostos - Taxas	145,83	110,00
Descontos de pronto pagamento concedidos		0,03
Outros - Correções relativas a períodos anteriores	106,82	0,75
Outros - Quotizações	300,00	396,00
Outros - Outros não especificados	71,79	194,56
Total	2 406,50	2 620,69

18.2. Aplicação de resultados do exercício

Relativamente à aplicação de resultados, que são de 83 711,38 €, propõe-se afetação a Resultados Transitados.

CETE, 29 de março de 2021

Contabilista Certificado nº85796



Administração



CENTRO SOCIAL DE CETE

IPSS-DGAS reg.nº.99/93-15-03-94, L5, fls.167

Contribuinte nº. 502877669



Parecer do Conselho Fiscal

No desempenho das funções que nos foram atribuídas durante o nosso mandato, e de acordo com os estatutos do Centro Social de cete, procedemos periodicamente ao exame da contas e conferimos os valores patrimoniais da Instituição, aliás bem expressos nas contas de balanço, congratulando-nos por tudo sempre termos encontrado em ordem.

Por isso somos de parecer:

1. Que aproveis o Relatório, o Balanço e a Demonstração de Resultados do ano de 2020
2. Que aproveis a aplicação de resultados do ano de 2020 de acordo com a proposta de assembleia
3. Que aproveis um voto de louvor à Direção pela competência e zelo com que administrou todas as atividades da associação durante o ano de 2020

Cete, 22 de março de 2021

O conselho fiscal

Maria do Céu da Silva David Nunes
Helys Maria Barros
Jorge Maria Barros Barros



ATAS

Folha 22

NRº 76

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e vinte e um, realizou-se nas instalações do Centro Social de Cete a Assembleia Geral Ordinária, marcada pelo Sr. Presidente da Assembleia para as vinte e uma horas. À hora marcada não se encontrava nas instalações um terço dos seus associados, pelo que a Assembleia teve início meia hora depois, às vinte e uma horas e trinta minutos, sendo a mesa da Assembleia presidida pelo Presidente da Assembleia Sr. António José Carvalho Duarte e secretariada por Joana Maria Lopes Pacheco.....

Feita a constituição da mesa da Assembleia passou-se à leitura dos pontos da ordem de trabalhos.....

Primeiro – Discussão e votação do Relatório de Contas relativo ao ano de dois mil e vinte.....

Segundo – Outros assuntos do Centro Social de Cete.....

No primeiro ponto, o Tesoureiro do Centro Social de Cete, Sr. Joaquim Pacheco Barros, procedeu à apresentação e explicação dos valores do Relatório de Contas. Finda esta explicação, passou-se à sua discussão e, de seguida, à votação por todos os associados presentes. O Relatório de Contas foi aprovado por unanimidade, não havendo abstenções nem votos contra.....

Ao resultado verificado no exercício, no valor de € 83.711,38 (oitenta e três mil setecentos e onze euros e trinta e oito cêntimos), foi decidido, por unanimidade, aplicá-lo em Resultados Transitados.....

No segundo ponto da ordem de trabalhos, não foi levantada qualquer questão.....

A Assembleia Geral endereçou um louvor à actual Direcção do Centro Social de Cete pelos resultados obtidos, assim como pela forma como a mesma continua a levar a cabo as suas funções, salientando o excepcional trabalho dos funcionários no actual contexto pandémico.....

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta, lida em voz alta e que vai ser assinada pelo Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia.....

O Presidente, António José Carvalho Duarte

O Primeiro Secretário, Joana Maria Lopes Pacheco